



RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS NO COMBATE AO RACISMO

Ivan Costa Lima ¹
Letícia Bezerra Leite ²

RESUMO

O projeto de pesquisa objetiva compreender a atuação dos educadores/as na educação infantil, no sentido de como esses profissionais lidam com o tema das relações raciais e como está área tem ou não atuado na promoção de práticas pedagógicas que contribuam na efetivação da legislação sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Discute-se que o racismo ainda é uma realidade que precisamos mudar tendo em vista que ele se manifesta em diversas áreas da vida de um indivíduo, entre elas, na educação infantil, uma das primeiras etapas na formação das identidades dos indivíduos. Sabe-se que a educação infantil é um momento da vida das crianças em que elas começam a ter contato com o mundo e passam a aprender coisas que não tem acesso junto à família, é de suma importância que tenhamos o cuidado de desenvolver crianças tolerantes e antirracistas. Busca-se a compreensão da existência ou não de uma formação específica que possibilite a construção da identidade das crianças ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, a pesquisa metodologicamente fará uma revisão bibliográfica sobre o tema, e a partir de abordagem qualitativa de estudo de caso pretende-se a utilização de questionários com perguntas fechadas direcionado aos educadores/as, que possa levar a compreensão de possibilidades pedagógicas ou não no combate ao racismo. Espera-se com o estudo contribuir para problematizar as relações raciais nessa etapa da educação básica, de forma a que a educação infantil reflita seu papel social de atendimento às crianças e seu pertencimento racial.

Palavras-chave: Relações raciais, Educação infantil, Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute elementos parciais da pesquisa intitulada “Relações raciais e educação infantil: possibilidades pedagógicas no combate ao racismo”, apresentada ao Edital 05/2021 - Seleção de Projetos - Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica BICT FUNCAP³ 2021/2022, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab/CE. Por outro lado, o estudo reforça as linhas de atuação do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e sociedade global, colocando em evidência a necessidade de articular pesquisas que reforcem a importância da cultura negra e africana na formação dos sujeitos em todos os níveis dos sistemas de ensino.

¹ Doutor em Educação. Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab/CE, dofonosc@gmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab/CE. Bolsista Pibic Unilab, leticiabezerraleite@aluno.unilab.edu.br;

³ Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O estudo busca compreender como os/as educadores/as da Educação Infantil trabalham ou não a história e a cultura afro-brasileira e africana nas escolas do Maciço de Baturité, em especial nas cidades de Redenção e Acarape, onde estão instalados os campi da Unilab. Para alcançar este objetivo mais geral, pretende-se discutir que elementos na prática pedagógica são ou não percebidos como racistas no cotidiano da educação infantil. Assim como, problematizar se existe uma ausência sobre o debate racial e, até que ponto, isto compromete ou não a aprendizagem dos alunos/as desta modalidade de ensino e, conseqüentemente, o ensino por parte dos professores/as.

Sobre isto, pretende-se contribuir na compreensão se os educadores/as da educação infantil tem ou tiveram uma formação inicial ou continuada para trabalhar com a diversidade racial na prática pedagógica e o conhecimento na aplicabilidade da lei 10.639/2003 em sala de aula na educação infantil.

O estudo mostra-se relevante na medida que procura produzir conhecimentos acerca das possibilidades de se trabalhar na educação infantil com as relações raciais, desde a tenra idade, considerando-se que a cultura no Brasil é atravessada pelas experiências trazidos pelos africanos/as e seus descendentes, e que, portanto, deveria estar presente em todos os espaços educativos.

Desta forma, propiciar um olhar crítico sobre esta modalidade de ensino, subsidiando o ensino e a aprendizagem tendo como foco a história africana e afro-brasileira e sua valorização na escola. Compreendemos que a educação infantil é um momento da vida das crianças em que elas começam a ter contato com o mundo e passam a aprender outros conhecimentos que, provavelmente, a família não teve acesso; em nosso caso sobre o tema das relações raciais, que aparece como de suma importância no cuidado que o educador/a deve ter no desenvolvimento de crianças tolerantes e antirracistas.

Na atual conjuntura, compete as diferentes instituições educativas contribuir em romper com os resquícios de uma educação que não levem em conta a diversidade racial existente. Para isso, desenvolver uma educação que atenda os diversos elementos que constituem o ambiente escolar, conforme pontua as orientações sobre as relações étnico-raciais na Educação (BRASIL, 2004, p. 38).

A pesquisa se situa dentro da perspectiva qualitativa, na utilização no primeiro momento da pesquisa bibliográfica e documental, no sentido de constituir um acervo do que foi produzido dentro e fora da academia sobre as relações raciais na educação infantil, que possa ser disponibilizado para a formação de educadores/as. Por outro lado, entendemos tratar-se de um estudo de caso, tendo em vista se tratar de “[...] uma situação, um evento, um programa ou um

fenômeno em particular. O caso em si é importante pelo que revela sobre o fenômeno e pelo que possa representar” (ESTEBAN, 2010, p. 8). Com a persistência do estado pandêmico e as mudanças no calendário escolar, optamos por construir um questionário como possibilidade de ter os dados necessários sobre o tema em tela.

Assim, voltamos nosso olhar para as escolas do Maciço de Baturité, com ênfase em escolas de Redenção e Acarape, duas cidades do interior do Ceará. A escolha das cidades deu-se pensando na possibilidade dos impactos que uma universidade como a UNILAB em uma cidade interiorana poderia trazer para o meio escolar das crianças nos anos iniciais.

Logo, significa que se está interessado em reforçar a importância do conhecimento sistematizado acerca das relações raciais na educação infantil e suas consequências para a construção da identidade negra e valorização da cultura no Brasil. Queremos alcançar uma maior compreensão desse campo específico de conhecimento, assim, teremos como procedimento múltiplas triangulações para relacionar os dados compilados com a literatura e a realidade vivida.

EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES RACIAIS: DIMENSÕES TEÓRICAS

A Educação Infantil no Brasil é considerada, a partir da Constituição Federal de 1988, como um direito trazendo pela primeira vez tal expressão para designar o atendimento em creche e pré-escola, e estabelece a garantia constitucional do dever do Estado com benefício das mães a esse atendimento com condições de aprendizagem e cuidado como direito de todas as crianças. Com isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional amplia ainda mais esta esfera, ao assumir que a Educação Infantil oferecida em creches e pré-escolas é parte integrante da educação básica, compreendida como a primeira etapa do processo de formação das crianças.

Apesar da emergência desta legislação nacional, apenas nos anos 2000, que teremos uma maior preocupação com a diversidade racial no interior desta modalidade de ensino. Com o advento da lei 10639/2003 que trata da história e cultura africana e afro-brasileira na educação pública e privada, alcançando o ato de cuidar e educar de crianças em suas dimensões sociais, familiares e culturais. (BRASIL, 2004).

Assim, um número significativo de pesquisas sobre relações raciais aponta existir problemas de relacionamento da criança negra no espaço escolar ocasionados pelo seu pertencimento racial. Em especial, relacionado aos aspectos físicos por não atenderem determinados padrões. Isso, gera conforme discute Oliveira (2005, p. 54): “[...] uma relação conflituosa entre colegas e professores e, muitas vezes, nociva para os que acabam sendo



rejeitados por seus atributos físicos. Tais fatos podem ser observados desde a educação infantil, a partir de pesquisas realizadas com crianças de 4 a 6 anos de idade”.

Isto nos remete ao debate sobre o racismo existente na sociedade e que perpassa todos os espaços educativos, já que ele pode ser descrito como a hierarquização de pessoas, baseada em características fenotípicas, justificando-se assim uma suposta superioridade de uma raça sobre a outra (SILVA; PALUDO, 2011). Sobre raça observamos que, mesmo, que haja estudos que tentam retirá-la do centro do debate, é necessário situar que esta discussão foi ressignificada pelas organizações do Movimento Negro, no sentido de retirar seu sentido biológico, colocando-o como construção racial que pretende problematizar as relações raciais existente na sociedade (GOMES, 2018). Assim como, observa-se que este movimento traz para a educação proposições (LIMA, 2021) para o enfrentamento do racismo.

Cavalleiro (2000) reforça que no interior das instituições de Educação Infantil, são inúmeras as situações nas quais as crianças negras desde pequenas são alvo de atitudes preconceituosas e racistas por parte tanto dos profissionais da educação quanto dos próprios colegas e seus familiares. Fato que leva com que a discriminação vivenciada cotidianamente comprometa a socialização e interação entre os diferentes atores/as desta relação. Com isso, atingindo de maneira diferentes as crianças negras quanto as brancas, mas, notadamente, produzem maiores prejuízos e desigualdades para as crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição de identidade, de socialização e de aprendizagem.

No dizer de Oliveira (2015, p. 30), esta situação acarreta que: [...] as crianças brancas manifestaram um sentimento de superioridade e, em algumas situações, atitudes carregadas de preconceito. Nessas situações, o silêncio dos professores possibilitava novas ocorrências”, sendo, portanto, necessário ações para seu enfrentamento.

Assim, essas autoras argumentam que a escola e seus agentes, os profissionais da educação em geral, têm demonstrado omissão quanto ao dever de respeitar a diversidade racial e reconhecer com dignidade as crianças negras como sujeitos de atenção e cuidado. Mais do que isto, reconhecer que o preconceito e a discriminação raciais constituem um problema, e assim, ser um dos primeiros passos para superar as injustiças que recaem sobre a criança negra.

Essas observações indicam que as diferenças raciais podem ser percebidas nas mais tenras idades, e que uma ação pode resultar, necessariamente, em uma conduta não negativa entre crianças de diferentes pertencimentos raciais. Para Brandão e Trindade (2010) isso leva a supor que as crianças nessa faixa etária já conseguem perceber as diferenças raciais, podendo, a partir dessa idade, começar a cristalizar determinadas atitudes preconceituosas diante dos que

diferem de suas características físicas. Tal realidade indica a necessidade de se iniciar uma intervenção educativa para mudar esse tipo de relação com os colegas.

Em outro estudo Souza (2002) aponta, que muitas vezes as crianças negras revelaram o desejo de ser brancas, de ter cabelo liso, em comparação a personagens de histórias infantis, reforçando a imagem que ela faz de si e negando sua condição racial.

Já, segundo Cavalleiro (1999), os profissionais desta modalidade, por vezes, deparam-se com uma série de evidências das questões raciais e do preconceito, no entanto, por conta do senso comum consideram estes eventos como brincadeiras entre as crianças, sem se dar conta da necessidade de uma intervenção, neste caso podendo até mesmo reforçar o racismo. Dessa forma, as crianças negras em seu processo de desenvolvimento têm diversas possibilidades para internalizar uma concepção negativa de seu pertencimento racial, favorecendo a constituição de uma autoimagem depreciativa (GONÇALVEZ, 1987).

Sobre isso, a legislação brasileira busca indicar caminhos e possibilidade para o trato das relações raciais (BRASIL, 2006), de forma que os educadores/as possam de fato observar a existência do racismo na educação infantil. Assim ao proceder poderá pensar estratégias para que esta realidade não afete a relação professor e aluno/a, já que esta relação é fundamental que haja uma boa aprendizagem e um melhor aproveitamento da educação escolar.

Como vimos, um olhar atento pode evitar que, em alguns casos, o professor/a não haja com atos que podem ser apontados como racismo, levando a criança a pensar de maneira preconceituosa ou sentir-se discriminada, como por exemplo, quando coloca como personagens principais de uma peça os personagens que são brancos, ou quando espalha desenhos de personagens brancos pela sala, ao invés de trabalhar com a diversidade que a lei 10.639/09 sistematiza para o ensino de História e Cultura dos Afro-brasileiros e da África.

Estas questões estão no bojo de nosso estudo, considerando-se que no Brasil, o pensamento racial forja diferentes interpretações sobre nossa realidade. Esse pensamento é construído por intelectuais, instituições sociais, políticas, culturais e religiosas como um campo vasto de interpretação sobre o Brasil ao longo de seu processo histórico. De um lado, aqueles/as que pretendem reafirmar a prevalência da superioridade ocidental, e, de outro, o questionamento do lugar que africanos e seus descendentes, a população indígena e as comunidades tradicionais têm na formação nacional (ALMEIDA, 2019).

De tal modo, que pesquisas como essa situa-se em um crescente interesse por parte das universidades públicas em torno do debate das relações étnico-raciais, por conta inclusive de adoção de políticas públicas, entre elas as cotas raciais, introdução de história e cultura afro-brasileira e africana e estudantes negros na graduação e pós-graduação.



Na graduação e na iniciação científica este exercício deve resultar no domínio por parte dos estudantes envolvidos do aprendizado sobre o processo de pesquisa, a compreensão do desafio de trabalhar as relações raciais nesta modalidade de ensino. Por outro lado, que a pesquisa contribua em ampliar a percepção dos educadores/as da importância deste debate já nesse nível de ensino, discutindo-se propostas pedagógicas que contribuam para o combate ao racismo neste ambiente. Tendo-se como meta um reforço da importância destes profissionais como educadores/as que devem pensar a prática pedagógica na busca de formas que possibilitem atuar e romper com os preconceitos por meio de estudos e pesquisas.

Sobre isto, as práticas educativas são aquelas que podem ser desenvolvidas pelos educadores/as deste nível de ensino, sendo que “[...] a prática pedagógica na educação infantil nos remete a todos a responsabilidade de trabalhar em conjunto o conhecimento, através dos conteúdos, observando a dimensão do cuidado e do educar, aprimorando as aprendizagens significativas para os alunos” (CRAIDY; KAERCHEER, 2001, p. 54). Desta forma, o estudo se preocupa de como esta realidade se articula com o debate das relações raciais no Ceará.

Para este nível de ensino, é muito importante o universo imagético (CAMPOS; SORIANO, 2000), pois propicia reconhecimento, identificação e acolhimento, por isso os estímulos imagéticos precisam estar de acordo com as realidades racial, econômica e social dos/as estudantes. Também, indicamos que o fazer pedagógico deve estar ligado ao brincar, pois promove o movimento do corpo, as percepções e gera a interação entre as crianças.

UNILAB E O CURSO DE PEDAGOGIA: BASES ANTIRRACISTAS

Aqui abrimos um parêntese para apresentar a Unilab seu projeto e as bases do curso de pedagogia, onde está se desenvolvendo o estudo. A Unilab é uma instituição de ensino superior federal que tem sua gênese ficada em princípios básicos, que são, primeiro contribuir para a formação, difusão e aprimoramento de profissionais que atuam, especialmente, região do Maciço de Baturité (CE) e do Recôncavo Baiano (BA), no desenvolvimento de um projeto de capacitação por meio de uma educação antirracista com base africana e afro-brasileira. E segundo, o da cooperação internacional solidária envolvendo Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOPs, além de Timor Leste (Ásia).

No Ceará, a região do Maciço de Baturité, atende um conjunto de 13 municípios, onde a população encontra-se, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social; a formação social é de povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, assentados rurais, entre



outros, que circulam nos sistemas de ensino e cuja diversidade cultural tem sido, aos poucos, discutida na formação da graduação de seus educadores/as.

Neste sentido, a criação da Unilab relaciona-se com a história do Brasil, em especial a história afro-brasileira, tendo como uma de suas atribuições o debate dentro dos cursos de graduação destes parâmetros, no sentido de formar profissionais pautados pelo compromisso de respeitar, valorizar e disseminar os valores e princípios de base africanos e afro-brasileiros. Isso significa, como bem nos lembra Fanon (1997), romper com o estatuto colonial herdado com a escravidão, o extermínio físico, psicológico, simbólico de povos indígenas, bem como dos negros africanos e de seus descendentes. Significa, para as universidades, ampliar o paradigma científico extremamente ancorado ao racionalismo, levando-se a fragmentação que levou a especialização, separando os que sabem dos que não sabem, valorizando o conhecimento científico com status superior.

Dentro disto tem-se o curso de Pedagogia que, se coloca em um campo de disputa epistemológica, por estabelecer uma releitura, ação e reflexão do repertório africano, afrodiáspórico, indígenas e ameríndios, assumindo uma dimensão da afrocentricidade. Este projeto é entendido aqui como um processo de compreensão do contexto histórico e cultural advindos do continente africano e da população negra brasileira, como uma agência favorável à liberdade de pensamento. Nesse sentido, conforme escreve Nascimento (2009, p. 30):

Um primeiro e básico postulado da afrocentricidade é a pluralidade. Ela não se arroga, como fez o eurocentrismo, à condição e forma exclusiva de pensar, imposta de forma obrigatória sobre todas as experiências e todos os epistemes. O enfatizar a primazia do lugar, a teoria afrocêntrica admite e alta a possibilidade do diálogo entre conhecimentos construídos com base em diversas perspectivas, em boa fé e com respeito mútuo, sem pretensão de hegemonia.

Essa compreensão que impulsiona o Projeto Político Pedagógico da Pedagogia, se alimenta de práticas acadêmicas desenvolvidas no processo de ensino e de aprendizagem, de forma a constituir um arcabouço que articula o estudo, a pesquisa, a extensão crítica aos padrões considerados universais pelo Ocidente.

PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE

Como discutido anteriormente, por conta do calendário acadêmico e da emergência ainda da pandemia de covid, para colhermos os dados sobre o estudo, ao invés de entrevistas



semiestructuras, foi priorizado a elaboração de um questionário contendo 10 perguntas de múltiplas escolhas.

Conforme dados levantados junto a Unilab, tem-se como quantitativo de professores das escolas de Acarape-CE e Redenção-CE referente à Educação Infantil em 2022 o total de 137 professores/as. Tem-se o desejo de atingir um público mínimo de dez por cento destes profissionais.

Assim, os conteúdos das questões vão da formação inicial e continuada até as possibilidades de práticas desenvolvidas ou não pelos educadores/as da educação infantil, nas cidades de Redenção e Acarape, ainda em fase de execução.

Porém, para a realização deste instrumento de pesquisa, tomamos como referência além das leituras, uma componente curricular dentro do curso de pedagogia da Unilab, Filosofia da ancestralidade e educação. O debate se deu com os estudantes matriculados, sendo que alguns já atuam como professores/as na educação pública e privada, no sentido de indicar as questões que poderiam ser trazidas para a enquete junto aos educadores/as da região.

Para tanto, utilizamos o vídeo “Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil”, realizado pelo canal Salto para o Futuro, em 2015. O conteúdo do vídeo traz entrevistas com três educadoras e conta com a participação de professores/as de todo o Brasil sobre o este tema, indagando sobre as possibilidades de ações e políticas voltadas para esta modalidade.

Assim, uma das primeiras questões colocadas pelos estudantes da componente, especialmente pelos que atuam como professores/as, foi o posicionamento de uma das participantes externa ao debate, que declarou que não deveria ser tratado sobre o racismo com as crianças, pois na consideração dela isto reforçaria o preconceito, e indagando um posicionamento das entrevistadas. Sobre isto, Brandão e Trindade (2010) defendem que: “[...] o espaço da educação infantil como qualquer outro espaço educativo é privilegiado para trabalhar diferentes temas com as crianças, respeitando-se seu nível de amadurecimento, utilizando-se de diferentes estratégias para a afirmação das diferenças, inclusive raciais”. De fato, tal debate aparece como um de nossas indagações na pesquisa.

Outra questão que aparece de forma constante no debate diz respeito a formação inicial e continuada dos educadores/as sobre o tema. Muitos professores/as externos levantaram este tema e indicaram dificuldades para este trato, em função da ausência de uma política dentro de suas realidades, como coloca as diretrizes para as relações étnico-raciais (BRASIL, 2006, p. 39), onde: “[...] a dimensão do cuidar e educar deve ser ampliada e embasados e incorporada no processo de formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, o que significa

recuperar ou construir princípios para os cuidados embasados em valores éticos, nos quais atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas”.

Outra questão diz respeito a relação escola e família, onde no vídeo se faz indagações a como estabelecer esta relação de uma maneira a respeitar sua condição social, cultural e racial. O debate girou a respeito da necessidade de que tanto as educadoras quanto as crianças e seus familiares tenham acesso aos conhecimentos que explicam a existência das diferentes características físicas das pessoas, os diferentes tons de cor da pele, as diferentes texturas dos cabelos e formato do nariz, buscando valorizar tais diversidades.

De forma breve colocamos questões, que serviram para pensar as perguntas que melhor poderiam responder as questões levantadas por esta pesquisa. Diante deste conjunto de questões produzimos um instrumento, que pensamos possam colocar em evidência aos educadores da região seus pensamentos sobre estes temas, com foco em entender se há práticas pedagógicas que problematizam o racismo em suas ações pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da apresentação do estudo consideramos importante situar a dimensão teórico-metodológica que subsidia a pesquisa, que ainda está em fase em estruturar as questões demandadas pelo questionário, dirigido aos profissionais da educação infantil de Redenção e Acarape.

De qualquer forma, consideramos um exercício científico fundamental para nossa formação como educadores/as, pois o ensino infantil tornou-se importante para a educação, como possibilitar de superar apenas a perspectiva assistencialista, mas que leve em consideração a dimensão social, cultural e religiosa de cada indivíduo para um ensino significativo.

Pensamos urgente trazer debates contemporâneos como o racismo e as formas que ele assume na sociedade, onde consideramos ser possível que seja debatido já com os pequenos, a exemplo do vídeo que serviu de referência para este estudo, respeitando-se sua faixa etária.

Este exercício pode, em nossa consideração, trazer estímulos para a compreensão de uma realidade dura que recaem ainda sobre as crianças negras, por outro lado, possibilitando a todas as crianças habilidades e aprendizados, que possa torná-las adultos mais crítico, compreendendo as belezas, mas também os limites do mundo em que vivemos.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Unilab pela aprovação do projeto dentro do Pibic, apoio pela Funcap.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Modos de brincar**: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mXUnZw539E4>. Acesso em: 24/08/2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e Cultura AfroBrasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elisa P. da Silva (Org.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Editora Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. O Processo de Socialização na Educação infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão. **Revista Brasileira Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 9(2), 1999.

CAMPOS, Leonardo Lacerda; SORIANO, Raissa Santos. Práticas educativas no combate ao racismo: discutindo estratégias para a Educação Infantil. **Revista Com Censo** #25, volume 8, número 2, maio de 2021.

ESTEBAN, Maria Paz. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GONÇALVES, Luís Alberto O. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 63, p. 27-29, novembro, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2018.

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do negro(a) no Brasil II**: pedagogia multirracial, o pensamento de Maria José Lopes da Silva (RJ). Curitiba: Appris, 2021.

OLIVEIRA, Fabiana de. Relações raciais na creche. In: Oliveira, Iolanda de; Gonçalves e Silva, Petronilha B. PINTO, Pahim. **Negro e educação**: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005.

OLIVEIRA, Iolanda (org). **Relações raciais e educação**: temas contemporâneos. Niterói: EdUFF, 2015.



SILVA, Flávia Carolina da; PALUDO, Karina Inês. Racismo Implícito: Um olhar para a Educação Infantil. In: **X Congresso Nacional de Educação EDUCERE**. Curitiba, 2011.